

Igor Calvet, presidente da ABDI, chama a atenção para o fato de que investimentos trarão benefícios “nos próximos 10 a 20 anos”

Inovação favorece população

» FRANCISCO ARTUR

O presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Igor Calvet, defendeu no seminário Desafios 2023 — o Brasil que queremos, realizado ontem, a aplicação da inovação às políticas públicas de saúde no país como uma forma de qualificar o atendimento aos brasileiros. Os resultados, conforme salientou, serão colhidos no período de médio a longo prazo — “nos próximos 10 a 20 anos”, previu.

“Acredito no investimento em saúde como um meio para atingir algo. No nosso caso, no Brasil, investir em tecnologias e inovação na saúde significa chegar ao objetivo de oferecer atendimento de qualidade às pessoas”, afirmou.

Em debate no painel “A saúde

como fonte de sustentabilidade da nação” — do qual participaram também o ex-ministro da Saúde e senador Humberto Costa (PT-PE), o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello e a presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida, Marlene Oliveira —, Calvet defendeu a maior eficiência nos serviços de saúde primária como uma maneira de evitar casos de doenças graves, que demandam maiores custos ao poder público. Dessa forma, de acordo o presidente da ABDI, o Estado destinaria mais recursos a tratamentos especializados àqueles pacientes que necessitam de mais atenção do Sistema único de Saúde (SUS).

“Há uma tendência, na saúde, para que os sistemas se tornem mais caros porque, com o avanço da medicina, criam-se novos tratamentos e novos remédios

mais custosos ao Estado. Então, a redução do custo com o foco na atenção primária faz com que o SUS destine mais verbas a tratamentos especializados”, pontuou Calvet.

Segundo o presidente da ABDI, a otimização de custos do SUS é um tema que preocupa os especialistas. Estima-se que, para fechar as contas do orçamento deste ano do Sistema Único de Saúde, falem R\$ 22 bilhões — verba que, se não for providenciada a tempo, provocará severo impacto que ameaça prejudicar o atendimento à população.

Uma boa estrutura pública de saúde é fundamental para o desenvolvimento sustentável de uma nação. No Brasil, a universalização da saúde está prevista na Constituição, contudo, as queixas da população em relação aos maus serviços prestados são grandes, antigos e permanentes.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Acredito no investimento em saúde como um meio para atingir algo. No nosso caso, no Brasil, investir em tecnologias e inovação na saúde significa chegar ao objetivo de oferecer atendimento de qualidade às pessoas”

Igor Calvet, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Especialistas cobram a volta da excelência à vacinação

» ALINE GOUVÊA
» VINICIUS DORIA

Os especialistas que participaram do painel “A saúde como fonte de sustentabilidade da nação” chamaram a atenção para a vacinação no país, cuja falta de uma campanha pelo Ministério da Saúde, no governo do presidente de Jair Bolsonaro, baixou os índices de cobertura junto à população. Isso

aumentou o risco da volta de doenças que estavam erradicadas, como a poliomielite — segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Marlene Oliveira, presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida, foi enfática ao ressaltar a necessidade de fortalecimento do Programa Nacional de Imunização (PNI), posição endossada pelo ex-ministro da Saúde Humberto Costa ao salientar que entre os pontos considerados

emergenciais pelo governo de transição — e que deverá ser objeto de ação do futuro governo — está a reorganização do Programa Nacional de Imunização (PNI), “para atender a milhões de crianças e jovens que correm o risco de contrair doenças que já foram erradicadas no país”.

A presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida lembrou que o PNI, que tem quase meio século, é referência mundial e oferece 47

imunobiológicos. Mas lamentou que a cobertura vacinal infantil voltou ao patamar de 1987. “Tem que voltar ao centro da discussão”, cobrou Marlene.

Mas este não é o único problema no horizonte da saúde brasileira no curto prazo, que terá de ser enfrentado pelo governo que se inicia em 1º de janeiro de 2023. Humberto Costa chamou a atenção para uma demanda reprimida

de consultas, atendimentos e tratamentos que deixaram de ser executados por causa da crise sanitária provocada pela covid-19.

“São milhões de pessoas que, na pandemia, tiveram que abdicar de suas consultas, seus exames, porque os hospitais estavam voltados ao tratamento dos pacientes de covid”, lembrou, acrescentando que o isolamento social que foi necessário ser feito no primeiro momento

da pandemia afastou os pacientes de suas rotinas médicas. Costa assegurou que haverá “um grande mutirão” do futuro governo para diminuir esse passivo.

O senador ressaltou, porém, que esse esforço não poderá ficar somente sobre os ombros da administração pública. Ele deixou claro que a iniciativa privada terá de participar desse processo, como fornecedora de insumos e tecnologias.

NISKIER PROPÕE RESGATE DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PRESIDENTE DA ABMES RESSALTA A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E MANUTENÇÃO DOS JOVENS NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Apresentado por:



ABMES
Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino Superior

O afastamento dos estudantes da educação básica das salas de aula devido à pandemia da Covid-19 deixou sequelas na educação brasileira que precisam ser solucionadas nos próximos anos. A avaliação, feita por Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), ressalta a necessidade desta pauta ser uma prioridade do novo governo.

Neste sentido, o setor educacional particular propõe a criação de um programa nacional de recuperação da aprendizagem da educação básica que envolva instituições privadas e públicas em um grande esforço nacional. Niskier defende a medida juntamente com o resgate e a melhoria de programas sociais que favoreçam a inclusão e manutenção de mais jovens no ensino superior, “é o caminho para o futuro que o país precisa”, argumenta.

Pesquisa recente divulgada pela ABMES, em parceria com a empresa Symplcity, aponta que 69% dos egressos do ensino superior estão inseridos no mercado de trabalho ao final de um ano, com renda média mensal de R\$ 3,8 mil, valor acima da média recebida pelos brasileiros. Apesar disso, os dados voltados às novas matrículas nos últimos anos são preocupantes.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2021, divulgado em novembro pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da

Divulgação



Educação (MEC), entre 2020 e 2021, o crescimento de inscrições foi de 6,6%, variação sustentada pelo crescimento de 24,2% dos ingressantes da modalidade de cursos à distância. Ao considerar apenas os presenciais, a redução foi de 20,3% no número de novos estudantes.

“A educação superior continua sendo um ótimo investimento para os jovens e para o país. Essas instituições de ensino são responsáveis por desonerar o Estado e acolher esses estudantes. Contudo, o momento é crítico e exige medidas imediatas para evitar que, em muito pouco tempo, haja um apagão de mão de obra que irá impactar

diretamente na proposta de retomada e crescimento econômicos. Afinal, atualmente, temos 38% de jovens que nem estudam e nem trabalham e precisam ter acesso às universidades para mudar esse cenário”, destaca Niskier.

Com essa realidade, a ABMES avalia que o próximo ano será de grandes debates junto ao Legislativo e Executivo para repensar e reestruturar as políticas públicas capazes de ampliar o acesso e a manutenção dos jovens no ensino superior, com o objetivo de mudar o déficit de estudantes nas instituições.

No âmbito da rede privada de ensino superior, a Associação ressalta que

há um empenho em continuar com o investimento em tecnologias voltadas ao modelo híbrido de ensino, que já era trabalhado por algumas instituições, e ganhou grande relevância durante a pandemia. Há uma expectativa, no que diz respeito aos cursos a distância, de que o novo governo tenha um olhar especial sobre a regulamentação e políticas públicas que se alinhem às novas demandas do setor educacional.

Na última década, o número de ingressantes em cursos superiores de graduação, na modalidade de educação a distância (EaD), aumentou 474%, conforme levantamento do Inep e MEC. No mesmo período, a quantidade de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4%. “Precisamos entender a realidade do ensino hoje no Brasil, levando em consideração as tecnologias e os novos formatos, para pensar em políticas públicas que promovam a expansão do ensino superior com qualidade”, enfatiza Niskier.

Inclusão social

A entidade tem ainda entre suas principais pautas defendidas a ampliação e melhoria de políticas públicas de acesso ao ensino superior, garantindo mais oportunidades para os jovens de baixa renda. “Defendemos um programa de financiamento estudantil com um forte caráter social, tendo em vista que o país precisa de um modelo que atrele os pagamentos futuros à renda efetivamente recebida pelos egressos, por exemplo”, pontua Niskier.

Além disso, de acordo com a ABMES, é essencial que as vagas para o financiamento público sejam ampliadas para incluir os cursos a distância, que representam 51% do total de matrículas, conforme o Censo da Educação Superior 2021. Nesse âmbito, a ABMES ainda

defende a ampliação do Programa Universidade para Todos (ProUni), responsável por conceder bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

“Além da reestruturação e ampliação do acesso ao fundo de financiamento estudantil e da expansão do ProUni, também são importantes aquelas ações que colaborem para a melhoria da qualidade do ensino oferecido”, informa o presidente da Associação. Outro tema de interesse da organização está atrelado ao financiamento à inovação, necessário para as novas demandas exigidas pelo mercado de trabalho aos futuros profissionais; e a modernização do marco regulatório da avaliação e da supervisão.

#EducaçãoMaisForte

Com o objetivo de colocar a educação como prioridade na pauta política brasileira, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, do qual a ABMES e outras oito entidades fazem parte, lançou um documento com dez propostas para políticas públicas educacionais nos próximos anos. Parte do movimento #EducaçãoMaisForte, a lista de propostas é fruto de análises estratégicas e deliberação política das principais organizações que atuam para o fortalecimento da educação particular no Brasil.

Além das políticas de acesso ao ensino, entre as propostas estão temas urgentes para o setor como uma reforma tributária justa para a educação e a modernização do marco regulatório da avaliação e da supervisão das instituições.

Matéria escrita pela jornalista Gabriella Collodetti